

POR UMA PSICANÁLISE DA ALTERIDADE EM UM BRASIL DE INTOLERÂNCIAS

LINA SCHLACHTER CASTRO¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a contribuição da psicanálise para uma democracia em que cidadãos participem ativa e igualmente. Para tanto, refletirei sobre as compulsões à repetição da sociedade brasileira tendo em vista sua história de autoritarismo e intolerância. Partindo do pressuposto de que a não rememoração de fatos históricos relevantes, tais como o genocídio de indígenas, a escravidão e a ditadura, colabora para uma repetição de crimes de intolerância em nossa atualidade, proponho que a psicanálise oferece a possibilidade de favorecer tanto um desenvolvimento afetivo rumo a uma experiência de alteridade quanto um trabalho da palavra em que o desconhecido que nos habita seja evidenciado. Sugiro que, dessa forma, atos de intolerância possam ser mitigados e cidadãos mais maduros possam se fazer presentes.

Palavras-chave: Democracia. Psicanálise. Intolerância. Cidadania.

ABSTRACT

The main goal of this paper is to discuss the role of psychoanalysis in a democracy in which the citizens participate actively and equally. For that, I consider the repetition compulsions of the Brazilian society in the light of its history of authoritarianism and intolerance. Considering that the non-recollection of relevant historical facts, such as the native brazilian genocide, the slavery, and the dictatorship, contributes to a repetition of crimes of intolerance in nowadays, I propose that psychoanalysis offers a possibility of fostering both an affective development towards an experience of alterity and also a work of the word in which the unknown in us is evidenced. I suggest that, in this way, acts of intolerance might be mitigated and that more mature citizens might be existent.

Keywords: Democracy. Psychoanalysis. Intolerance. Citizenship.

¹ Psicóloga. Psicanalista em formação pela Sociedade Psicanalítica de Fortaleza - SPFOR. Doutora em Psicologia clínica pela University of Tennessee, EUA, e mestre em Teoria psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Freud, em *Além do Princípio do Prazer* (1920/2010), propõe que lidamos corriqueiramente com fenômenos em que repetimos conteúdos desprazerosos como se esses fossem uma experiência atual. Para tanto, ele usa o exemplo clássico do jogo *fort-da*, em que uma criança joga um carretel para longe, fazendo-o desaparecer, e depois recupera-o, fazendo-o aparecer. Freud observa que o jogo simboliza a dolorosa ausência, bem como o alegre retorno da mãe. Ele reflete que esse conteúdo, por provocar dor, em vez de ser encenado, poderia ser esquecido, recalcado, ou referido como um fato do passado. O psicanalista vienense, finalmente, conclui que há uma compulsão à repetição, atribuída ao inconsciente, que sobrepuja o princípio do prazer.

Ele supõe que houve um trauma ocasionado por uma ruptura em nosso escudo protetor contra os estímulos devido a uma falta de preparação para uma determinada angústia. Diante disso, ao mesmo tempo em que esquecemos e recalamos um acontecimento doloroso, esforçamo-nos para dominá-lo retrospectivamente. Para tanto, podemos, por exemplo, vir a ter sonhos de angústia ou a desenvolver uma transferência com nossos analistas que obstaculiza o tratamento. O objetivo final é retornar a um estado anterior das coisas em que a tensão não existe mais, ou seja, a um estado inanimado.

Freud (1920/2010) acaba por sugerir que há dois grupos de pulsões, que exercem tarefas distintas, presentes em nosso psiquismo. Enquanto um visa ao encontro, à reprodução, à produção de tensão, preservando a vida; o outro desconecta, desliga, destrói, procurando restaurar um estado inanimado. Portanto, enquanto uma parte de nós busca o eterno, a outra está à procura do fim. Apesar de tais movimentos parecerem contrários, eles podem ser complementares na medida em que juntos regulam o caminho para a morte. Inclusive, a pulsão de morte, ao destruir outras coisas, está curiosamente ao serviço de Eros, já que o indivíduo não está se autodestruindo. Dessa forma, assim como Freud (1923/2011, p. 51) sugere: “Esse surgimento [da vida] seria, então, a causa da continuação da vida e, ao mesmo tempo, da aspiração pela morte, a própria vida sendo luta e compromisso entre essas duas tendências”.

De posse disso, se fizermos um exercício de sair de uma perspectiva individual para pensarmos em um grupo de indivíduos que compõem uma coletividade,

podemos supor que há uma enorme célula viva em que as pulsões de vida e de morte se confrontam regularmente. Como nos ensina Freud (1930/2010), na civilização, os homens, ao se unirem, se opõem à própria tendência hostil humana de serem um contra todos e todos contra um. Portanto, a civilização representa uma luta entre a pulsão de vida e de morte. Dessa maneira, sugiro que compulsões à repetição se façam presentes em nosso funcionamento tanto como indivíduo quanto como sociedade.

Nesse artigo, proponho inicialmente pensarmos sobre as nossas repetições enquanto sociedade brasileira. Diante de um crescimento de atos abertos de intolerância, evidenciado por um aumento de agressões à população LGBTQ+ , à população indígena , feminicídio , discursos de ódio online e crimes de discriminação racial , nos encontramos frequentemente estupefatos com golpes a nossa civilização que deveria, como nos ensina Freud (1930/2010), ter como uma de suas principais metas a regulação dos vínculos sociais.

Havemos de nos questionar como esse problema aparentemente atual refere-se, na realidade, a questões ainda não elaboradas de nossa história de autoritarismo. Portanto, sugiro repetirmos o gesto de Freud ao indicar que tenhamos a coragem de dirigir a nossa atenção para a nossa doença, aproximando-nos dela e encarando-a como uma adversária, já que ela nos direciona para a barbárie e nos impede de avançar enquanto civilização. Por fim, faço o convite para que pensemos sobre o papel da psicanálise como uma possível facilitadora de uma aproximação a uma verdadeira democracia em que os cidadãos possam participar livre e igualmente em sua sociedade.

O MAL-ESTAR NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A partir do momento em que o homem descobriu que melhoraria sua vida com o trabalho em sua terra, colaborações de outros indivíduos passaram a ser importantes para ele. A família, segundo Freud (1930/2010), foi provavelmente a primeira formação social a contribuir com esse intento. O homem passou a ver como importante ter uma mulher que lhe desse filhos. Já a mulher, por não dispensar seus filhos e se sentir mais vulnerável sem a proteção masculina, acabou por se unir ao homem. Nessa família primitiva, o despotismo do homem era

absoluto. Apenas ele vivia uma liberdade instintual, enquanto os outros viviam em uma submissão escravizante.

Lembremos que o homem tanto é estimulado pela pulsão de vida, ao se vincular com um colaborador ou um objeto sexual de forma amorosa, quanto pela pulsão de morte, ao ver o outro como “uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe a dor, para torturá-lo e matá-lo” (Freud, 1930/2010, p.77). O ser humano, dessa maneira, não poupa os seus semelhantes. Tal característica é o maior desafio para a civilização que tem como uma de suas grandes tarefas unir os homens em grandes unidades.

No Brasil, a nossa história já começa com ataques brutais ao outro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), estima-se que havia mais de 2 milhões de nativos indígenas no Brasil pré-colonial. Muitos anos depois, em 2010, a população indígena era de somente 896.917 (IBGE, 2013), o que evidencia um verdadeiro genocídio. Quando não imediatamente assassinados, indígenas eram frequentemente escravizados e expropriados de suas terras. Além disso, através da tutela, em que portugueses ensinavam a moral e os costumes europeus aos indígenas, eles eram silenciados.

No Brasil colônia, imperava uma grande propriedade monocultora, com mão de obra escrava indígena e negra, comandada por homens portugueses que receberam sua terra como recompensa por serviços prestados ou em troca de pagamento. Aqui, projetaram uma sociedade patriarcal, hierárquica, na qual as mulheres eram extremamente desvalorizadas. Os senhores possuíam grande autonomia política, dispondo inclusive de exército particular em seus territórios, concentrando poder e prestando pouca conta de seus atos à Coroa portuguesa.

A família era o núcleo do latifúndio rural e, assim como a família primeva, o objetivo era a perpetuação do poder. O senhor relacionava-se sexualmente com várias mulheres, inclusive com as escravizadas, com o propósito de ampliar a população e de também garantir o serviço de controle e guarda de suas terras.

Cabia a ele definir quem seriam seus filhos legítimos e ilegítimos, bem como, inclusive, quais deles deveriam ser mortos. Os filhos reconhecidos deveriam adotar a fé e os costumes de seu pai, para depois entrarem no comércio, no direito e no sacerdócio, preservando um controle paterno de todas as atividades locais. Já as filhas deveriam garantir alianças com outros poderosos através do casamento.

A população livre e pobre era protegida e suprida pelo senhor que, em troca, cobrava favores caros que garantiriam a sua autoridade. Já os escravizados eram submetidos a castigos, que eram vistos como “atos administrativos e de manutenção da ordem, mas igualmente como mais um momento de apresentação pública do poder do senhor, que nessas ocasiões confirmava seu arbítrio e mando” (Schwarcz, 2018, p.48). A hierarquia era, portanto, mantida às custas de violências física e psíquica. Assim, qualquer forma de respeito à alteridade era inexistente nessa sociedade em que o medo e a autoridade prevaleciam.

Em 1808, com a chegada de Dom João VI ao Brasil, houve uma relativa superação da política familiar da colônia em favor dos interesses do Estado. Fazendo parte de um movimento urbanizador, em 1834, o ensino passou a ser responsabilidade das províncias e escolas começaram a ser criadas. O conteúdo do ensino médio era essencialmente humanístico, pois a sociedade escravocrata considerava qualquer referência ao trabalho manual como inferior. As províncias, contudo, fracassaram em cumprir o seu papel educacional, acarretando uma predominância de escolas particulares e tornando o nosso ensino extremamente elitista e seletivo.

Em 1888, devido, inicialmente, à pressão inglesa para que as nações finalizassem o tráfico de escravos pelo Atlântico e, posteriormente, ao crescimento dos movimentos abolicionistas no país, o sistema escravocrata foi oficialmente abolido do Brasil. Contudo, não houve nenhuma política pública que favorecesse a integração do negro à sociedade, mantendo-o marginalizado. Portanto, a abolição, apesar de promulgada, continuou sem resolver o problema da desigualdade racial no país.

Várias características do modelo colonial perduraram na República Velha (1889-1930). Por exemplo, no processo eleitoral, era comum que coronéis autoritários forçassem eleitores a votar em seus candidatos por atos violentos ou troca de

favores, o que era conhecido como voto de cabresto. Além disso, apenas uma pequena parcela da população podia votar. Apesar da constituição de 1916 dar direito ao voto a alfabetizados com mais de 21 anos, em 1920 apenas 35% da população adulta era alfabetizada (Nicolau, 2012). Entre os analfabetos, configuravam-se os negros, os pobres e a maior parte das mulheres. Assim, a república acabou por não possibilitar uma transformação cultural e política necessária para uma democracia, uma vez que apenas uma minoria continuava a gozar das vantagens de uma civilização.

Um grave fato que ocorreu durante o período republicano foi que Rui Barbosa, ministro da fazenda entre 1889 e 1891, emitiu uma ordem, que foi atendida, de queimar todos os arquivos relativos à escravidão. Ao tentar promover o esquecimento dos crimes raciais acontecidos no Brasil, Rui Barbosa cometeu uma atrocidade ainda maior: impossibilitou a superação de traumas sociais em nosso país. Devido a atos como esse, ressalto, transformações em nossas práticas sociais foram e continuam a ser inviabilizadas.

Em 1930, Getúlio Vargas tomou o poder e houve uma legitimação de um Estado autoritário e repressivo movimentado pela industrialização. Ainda em 1930, o Ministério da Educação e Saúde foi criado. Em 1934, a educação passou a ser um direito de todos. No entanto, o sistema educacional brasileiro continuou falho por priorizar a absorção de conhecimentos e não a reflexão crítica. Em 1940, escolas não-primárias de ensino particular ainda predominavam, contando com 2.296 instituições, enquanto havia apenas 456 públicas (IBGE, 1946).

Em 1954, Getúlio Vargas suicidou-se. Após dez anos, aconteceu um golpe seguido da instituição da ditadura (1964-1985), um regime que censurou, torturou, assassinou e exilou os discordantes. Somente em 1979 foi aprovada a lei de anistia que absolvía todos que cometeram crimes políticos ou praticados por motivação política. Em 1985, o regime terminou com o país em crise econômica, sendo a pobreza e a desigualdade crescentes.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada para examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas durante o regime, para assim

efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, estimou que, entre 1964 e 1985, houve pelo menos 191 mortes por execução sumária e ilegal ou decorrentes de tortura, perpetradas por agentes a serviço do Estado, 243 desaparecimentos forçados e, entre 1964 e 1977, no mínimo, 6.016 denúncias de tortura (CNV, 2014).

Apesar das inúmeras evidências, apenas em 2014 se tem notícia de um ato oficial do Estado Brasileiro, através de um Ofício do Ministério da Defesa encaminhado à CNV, reconhecendo a responsabilidade do Estado pela ocorrência de graves violações de direitos humanos no período ditatorial. Porém, naquela oportunidade, a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira relataram que não havia suficientes evidências de que tais crimes aconteceram em suas dependências.

Desde 1985 estamos na Nova República, que é marcada por movimentos para uma democratização política e uma estabilização econômica. Ainda hoje, no entanto, nosso país está entre os países mais desiguais do mundo no ranking global da desigualdade de renda. Para exemplificar, de acordo com o World Inequality Lab (2017), em 2015, 10% dos mais ricos (cerca de 14 milhões de pessoas) receberam 55,3% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres (cerca de 71 milhões de pessoas) receberam apenas 12,3% da mesma renda. Vendo o problema de outra forma, a média salarial anual em 2015 foi de R\$ 37.100, mas 90% da população recebeu menos do que isso durante o período. Esses dados claramente revelam que a desigualdade social é extrema. No entanto, o mais alarmante é que a distribuição de renda está estacionada.

Saliento que a desigualdade de renda em nosso país também se faz entre raças e sexos. Por exemplo, segundo Oxfam Brasil (2018), em 2017, o rendimento médio de negros foi de R\$ 1.545,30 enquanto o dos brancos foi de R\$ 2.924,31. Desde 2011, a equiparação de renda de negros está estagnada. Já na situação das mulheres, houve um recuo. Em 2017, a renda média de mulheres foi de R\$ 1.798,72, enquanto a de homens foi de R\$ 2.578,15. Ao passo que as mulheres ganhavam cerca de 72% do que ganhavam homens em 2016, a proporção caiu para 70% em 2017. Trata-se do primeiro retrocesso em 23 anos.

Em 2018, de acordo com o IBGE (2019), a taxa de analfabetismo ainda era de 6,8% da população com mais de 15 anos (7% dos homens e 6,6% das mulheres), sendo de 3,9% na população branca e de 9,1% na população negra na mesma faixa etária. Na população indígena com mais de 15 anos, essa taxa, de acordo com o censo do IBGE (2013) de 2010, é de 23,4%. Atualmente, de acordo com a região do país, em 2018, no Nordeste temos o alto índice de 13,87% (IBGE, 2019).

Tais números denunciam um Brasil que ainda é destaque em desigualdade. Como vimos, durante toda a nossa história lidamos com a separação entre os cidadãos, atribuindo tratamentos e valores distintos a eles dependendo de raça, gênero e classe social. As classes de trabalho manual, por exemplo, sempre foram vistas como inferiores e mantidas tais como. Infelizmente, insistimos em tornar invisível essa realidade e continuamos a falsamente nos orgulharmos de nossa miscigenação e inclusão cultural. Há de se ressaltar que ao suavizarmos a carga violenta que o nosso país carrega, inviabilizamos críticas e confrontos. A polaridade, portanto, sempre existiu na nossa história, mas estava silenciada.

A PSICANÁLISE POR UM BRASIL MAIS DEMOCRÁTICO

Freud (1930/2010) nos relata que nosso sofrimento tem como uma das principais fontes a fragilidade das normas que regulam os nossos vínculos, tanto na família, no Estado, quanto na sociedade. Diante disso, a civilização, apesar de ter sido criada justamente para proteger-nos e mediar os nossos vínculos, está sob constante ameaça de desintegração devido à hostilidade primária entre os homens.

Para o criador da psicanálise, o elemento cultural, em que se fazem exigências ideais, é a primeira tentativa de regulamentar as relações. Uma dessas exigências seria a de amarmos o nosso próximo como a nós mesmos, exatamente o contrário do que poderíamos esperar da nossa natureza hostil. Para explicitar um pouco a natureza dessa dificuldade, Freud (1918 [1917] /2013) utiliza o conceito de narcisismo das pequenas diferenças, em que sugere que há um narcisismo que se empenha na afirmação de si e que não tolera qualquer ocorrência de dessemelhanças. Lacan (1991), ampliando, lembra que o amor ao próximo pode ser cruel à medida que quero o bem dos outros à imagem do meu próprio bem,

ou seja, quero fazer do outro algo meu ou idêntico a mim, suprimindo qualquer perspectiva de alteridade. Kehl (2002) complementa afirmando que toda forma de intolerância se funda “na tentativa de fazer do semelhante um igual, ao preço de fazer do diferente um absoluto estranho” (p.22). Portanto, já que não é possível um amor ao estranho imposto pela lei, a psicanálise acaba por propor que haja uma premissa de um respeito e uma tolerância ao diferente.

Sem exigências como essas, Freud (1930/2010) indica que as relações estão fadadas a arbitrariedades individuais regidas pelo mais forte. Para haver civilização, é imprescindível uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado. O elemento cultural, portanto, é representado pela justiça, ou seja, por um Direito que garante a proteção de todos em troca da renúncia instintual de seus membros. Afinal, renunciamos para que outros também tenham de renunciar. A raiz da consciência social, para o psicanalista vienense (1921/2011), está em uma exigência de igualdade e no sentimento do dever. Assim, por vivermos em comunidade não somos livres, e qualquer impulso à liberdade pode ser visto como um movimento contra alguma injustiça presente ou como traços individuais ainda não compatíveis com a civilização. Um desafio importante é encontrar um equilíbrio entre as exigências individuais e as do grupo.

No Brasil, apesar da instituição de leis importantes para proteger cidadãos, tais como: lei do crime racial (1989), lei da contratação de deficientes e pessoas com deficiências nas empresas (1991), lei Maria da Penha (2006), lei de cotas para o ensino superior (2012), lei do emprego doméstico (2015) e, a mais recente, mas ainda sem o estatuto de lei, criminalização da homofobia e da transfobia aprovada pelo STF (2019), percebemos que ainda não há um respeito efetivo ao diferente, o que é constantemente salientado por matérias jornalísticas de crimes a esses grupos, muitas vezes impunes. Pensando, assim como Lacan (1991) nos propõe, que a experiência moral direciona o homem para um ideal de conduta, situando-o para além de uma obrigação, sugiro que nossa sociedade brasileira carrega questões morais e éticas profundas que dificultam o nosso caminhar enquanto civilização.

Freud (1930), refletindo sobre possíveis formas de inibir a hostilidade, inicialmente

nos propõe que deslocamentos da libido, por exemplo, a partir de um trabalho psíquico e intelectual, poderiam ser eficientes. Ele sugere que o cultivo das atividades psíquicas mais elevadas, das realizações intelectuais, científicas e artísticas seriam as maiores características de uma civilização.

Na sociedade brasileira ainda caminhamos muito lentamente para fornecer um acesso à população, independentemente de classe social, a atividades intelectuais, científicas e artísticas. Apesar da obrigatoriedade do ensino fundamental, da lei de cotas para o ensino superior, e de uma ampliação do número de vagas e de instituições de ensino superior, o acesso à universidade ainda é precário e a taxa de analfabetismo absoluto ainda é grande. Saliento que esses dados podem se tornar mais graves se considerarmos os analfabetos funcionais, que conseguem ler e escrever, mas possuem uma dificuldade significativa de compreender a linguagem escrita e de ir além, refletindo sobre ela. Ressalto que uma educação pública, gratuita e de qualidade é um pressuposto básico da democracia, em que se defende a igualdade de oportunidades.

Posteriormente, Freud (1930/2010) sugere que a hostilidade também poderia ser inibida pelo desenvolvimento de uma instância psíquica chamada Supereu. Por ser desamparado e dependente, o indivíduo tende a se submeter à determinação cultural do que é bom ou mau, internalizando toda hostilidade que gostaria de dirigir ao outro e voltando-a contra o próprio Eu. No entanto, Freud salienta que muitos adultos ainda possuem o funcionamento de uma criança ao fazerem coisas erradas pelo simples fato de acreditarem que não serão flagrados. Só há mudança, dessa maneira, no sentido de um desenvolvimento de uma consciência moral, quando a autoridade é internalizada e uma instância da qual não se pode esconder nada é temida.

A consciência moral, para Winnicott (1963/2008), é atrelada ao amadurecimento pessoal e ocorre quando há uma relação de confiança com um cuidador que transmite as noções de certo e errado. A culpa passa a existir quando um indivíduo percebe que o objeto que é atacado nos momentos de frustração é também amado nos momentos de gratificação. Por se sentir culpado, o indivíduo dá início a uma série de gestos reparatórios que, acolhidos por um cuidador que permanece vivo e

disponível, possibilitam uma crença de que há mais coisas boas do que más dentro de si. O sentimento de culpa é, então, transformado em uma capacidade de se preocupar, já que passa a existir um senso de responsabilidade perante a própria destrutividade, que está na base das relações humanas (Winnicott, 1990). Ressalto que esse processo também possibilita a dimensão da alteridade, uma vez que, a partir dele, o eu e o outro passam a ser entidades distintas.

Percebendo a maturidade emocional de seus membros como fundamental para uma democracia madura, Winnicott (1950/1989) propõe que não é “[...] possível que as pessoas possam ir mais adiante na construção da sociedade do que avançaram em seu próprio desenvolvimento pessoal” (p. 202). Pelo exercício do voto, o indivíduo assume toda a sua responsabilidade diante de suas lutas internas que são encenadas na arena política. Infelizmente, o psicanalista inglês reconhece, há uma grande parcela da população que reage à insegurança interna a partir de uma identificação com a autoridade, o que é uma identificação imatura.

Winnicott (1950/1989) sugere, ainda, que, para haver um desenvolvimento em direção à democracia, é necessário que a sociedade, de tempos em tempos, fique deprimida, ou seja, reconheça que há um conflito dentro de si mesma. Cabe aos indivíduos saudáveis e maduros a eterna vigilância para defender o que já foi conquistado, e lutar contra quaisquer tendências antidemocráticas.

Em relação a isso, há, em nossa sociedade, raras iniciativas que promovam o pleno reconhecimento de nossos conflitos internos. Tal fato é evidente pela persistência de resistências ferozes para lembrar fatos históricos que nos marcaram e continuam a nos abater, tais como o genocídio indígena, a escravidão e a ditadura. Sem acesso a informações e a condições de criticidade, tanto por vias escolares quanto por vias simbólicas, nosso povo acaba por não elaborar os traumas e, desmemoriado, é fadado a repetir os sofrimentos de outrora.

Diante disso, proponho pensar na psicanálise não só como um método terapêutico, mas principalmente como um corpo teórico diante de fenômenos sociais. Em relação ao método terapêutico, é inegável sua contribuição tanto para o desenvolvimento afetivo dos pacientes rumo a uma experiência de alteridade,

quanto para a convocação ao trabalho da palavra, expondo a fragilidade de nossas certezas, facilitando o exercício do pensar, do refletir e do criticar, e nos tornando mais capazes de lidar com a nossa própria destrutividade e com a do outro. Em relação ao corpo teórico no âmbito social, a psicanálise é dirigida a uma responsabilidade pelo estranho que há em nós, ou seja, eticamente, ela busca que o indivíduo arque com as consequências dos efeitos de seu inconsciente. A partir disso, ela acaba por mitigar atos de intolerância em que projetamos no outro o que não admitimos em nós.

A psicanálise, como nos propõe Maria Rita Kehl (2002), não busca ocupar o lugar do pai autoritário da horda primária que é assassinado e devorado pelos filhos. Lembremos que, após devorarem o pai, os irmãos, culpados por terem descoberto que também amavam o genitor, passam a se sentir ameaçados uns pelos outros e acabam por se organizar para barrar os impulsos que poderiam impedir a vida em sociedade. A psicanálise, assim, ao possibilitar a fala dos filhos, favorece a formação de cidadãos ativos no estabelecimento de uma lei que valha para todos e seja respeitada, propiciando o avanço da civilização.

CONCLUSÃO

Diante de tantos atos recentes de intolerância, tornaram-se comuns em nossa sociedade declarações de espanto e indignação. Para muitos, esses atos de intolerância são inéditos. No entanto, ao examinar a nossa história a fundo, deparamo-nos com uma evidente repetição, já que a hostilidade ao diferente sempre esteve em nossas relações, às vezes de forma velada ou esquecida. As manobras para que o nosso esquecimento acerca da brutalidade brasileira seja efetuado vão desde omissões e queimas de arquivos até o não-reconhecimento de fatos relevantes que, como mortos-vivos, nos perseguem. Dessa maneira, vamos vivendo a nossa história com eternos retornos de experiências reprimidas, ou talvez, de maneira mais radical, de experiências cindidas.

A psicanálise, como corpo teórico e método terapêutico pungente acerca de fenômenos individuais e sociais, vai na contramão do velar, propiciando

exatamente o lembrar e o pensar que possibilitam o elaborar. Considera que o diálogo perene com a alteridade deve ser buscado, pois, além de o reconhecimento do não-eu ser imprescindível para o estabelecimento do eu, é fundamental assumir a nossa responsabilidade pelos efeitos do nosso inconsciente e, portanto, de nossa destrutividade. Dessa maneira, a psicanálise contribui para o exercício de uma cidadania madura.

Concluo salientando que para haver uma democracia efetiva, cujos efeitos se reflitam na vida cotidiana, é preciso que a sociedade, o país, procure ativamente acolher as minorias e tratar sua história de conflito e discriminação a partir de honestas lembranças que demonstrem sua responsabilidade pelos crimes cometidos. Sem isso, qualquer tentativa de aproximação da vida civilizada é vazia.

REFERÊNCIAS

- Casos de feminicídio dobram em meio à queda generalizada de crimes violentos no 1º bimestre de 2019 em SP. (2019). *Globo*. Recuperado a 15 de setembro de 2019 em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/05/casos-de-feminicidio-dobram-em-meio-a-queda-generalizada-de-crimes-violentos-no-1o-bimestre-de-2019-em-sp.ghtml>
- Comissão Nacional da Verdade [CNV]. (2014). *Comissão Nacional da Verdade: relatório, volume I*. Brasília.
- Conselho Indigenista Missionário. (2019). *Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2018*. Brasília.
- Denúncias de discurso de ódio online dispararam no 2º turno das eleições, diz ONG. (2018). *BBC*. Recuperado a 15 de setembro de 2019 em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46146756>.
- Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol.14). São Paulo: Companhia das letras. (Originalmente publicado em 1920)
- _____. (2010). Mal-estar na civilização. In S. Freud, *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol.18). São Paulo: Companhia das letras. (Originalmente publicado em 1930)

_____. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol.15). São Paulo: Companhia das letras. (Originalmente publicado em 1921)

_____. (2011). O Eu e o Id. In S. Freud, *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol.16). São Paulo: Companhia das letras. (Originalmente publicado em 1923)

_____. (2013). O tabu da virgindade. In S. Freud, *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol.9). São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1917 [1918])

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (1946). *Anuário estatístico do Brasil: Ano VI – 1941/1945*. Rio de Janeiro.

_____. (2000). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro.

_____. (2013). *O Brasil indígena*. Rio de Janeiro.

_____. (2019). *Educação 2018: PNAD contínua*. Rio de Janeiro.

Kehl, M. R. (2002). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Editora Schwarcz.

Lacan, J. (1991). *A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Mais da metade dos LGBT diz ter sofrido violência desde as eleições. (2019). *Folha de São Paulo*. Recuperado a 15 de setembro de 2019 em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/mais-da-metade-dos-lgbt-diz-ter-sofrido-violencia-desde-as-eleicoes.shtml>.

Nicolau, J. (2012). *Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar.

Oxfam Brasil. (2018). *País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras*, 2018. São Paulo.

Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das letras.

Taxa de homicídio de negros aumenta 33% em dez anos. (2019). *Uol*. Recuperado a 29 de setembro de 2019 em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/05/taxa-de-homicidio-de-negros-aumenta-33-em-10-anos-segundo-o-ipea.htm>

Winnicott, D. W. (1989). Algumas reflexões sobre o significado da palavra “democracia”. In D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1950)

_____. (2008). Moral e educação. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1963.)

_____. (1990). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago.

World Inequality Lab. (2017). *World Inequality Report: 2018*. Paris.

1 Mais da metade dos LGBT diz ter sofrido violência desde as eleições. (2019). Folha de São Paulo. Recuperado a 15 de setembro de 2019 em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/mais-da-metade-dos-lgbt-diz-ter-sofrido-violencia-desde-as-eleicoes.shtml>.

2 Conselho Indigenista Missionário. (2019). Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2018. Brasília.

3 Casos de feminicídio dobram em meio à queda generalizada de crimes violentos no 1º bimestre de 2019 em SP. (2019). Globo. Recuperado a 15 de setembro de 2019 em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/05/casos-de-feminicidio-dobram-em-meio-a-queda-generalizada-de-crimes-violentos-no-1o-bimestre-de-2019-em-sp.ghtml>

4 Denúncias de discurso de ódio online dispararam no 2º turno das eleições, diz ONG. (2018). BBC. Recuperado a 15 de setembro de 2019 em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46146756>.

5 Taxa de homicídio de negros aumenta 33% em dez anos. (2019). Uol. Recuperado a 29 de setembro de 2019 em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/05/taxa-de-homicidio-de-negros-aumenta-33-em-10-anos-segundo-o-ipea.htm>